



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Grein, Everton

Translatio ad mundus: a transformação do mundo romano e a antiguidade tardia.

Elementos teóricos para uma perspectiva historiográfica

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 3, septiembre, 2009, pp. 106-122

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770281007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Translatio ad mundus: a transformação do mundo romano e a antiguidade tardia. Elementos teóricos para uma perspectiva historiográfica

Translatio ad mundus: the transformation of the Roman world and late antiquity. Theoretical elements for a historiographical perspective

Everton Grein

Professor

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAVIUVA)

evgrein@gmail.com

Praça Coronel Amazonas, s/n - Centro

União da Vitória - PR

84600-000

Brasil

Resumo

Nos últimos anos os estudos relativos ao fim do Mundo Antigo e à Antiguidade Tardia ganharam novas perspectivas. Tais estudos comportam um recorte temporal compreendido entre os séculos IV / VIII da era cristã no Ocidente e revelam preceitos distintos daquela já, felizmente, distante ideia que colocava tal período histórico como época de “barbárie” e “trevas”. Decididamente, a Antiguidade Tardia, para alguns a “Primeira Idade Média”, apresenta-se como uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrâneo e da velha Europa, na qual a palavra “Transição” deve ser entendida de forma positiva e inovadora: o Império Romano Ocidental sofre sua desestruturação política naquele momento, mas a ideia de Império jamais será esquecida por aquelas entidades políticas que irão surgir sobre os antigos alicerces imperiais. Partindo destas perspectivas, o presente artigo busca discutir a ideia de Antiguidade Tardia vista pela historiografia, relacionando os elementos político-institucionais da tradição clássica e da cultura germânica.

106

Palavras-chave

Transição; Antiguidade; Idade Média.

Abstract

In recent years, studies about the end of the Ancient World and Late Antiquity have gained new perspectives. Such studies, which involve the time period between the IV / VIII centuries of the Christian Age in the West, show distinct requirements that have, fortunately, put away the idea that this historical period of time was one of “barbarism” and “darkness”. Undoubtedly, Late Antiquity, for some the “First Middle Ages”, presents itself as a unique phase of history of the Mediterranean World and Old Europe, where the word “transition” should be understood in a positive and innovative way: the Roman Empire of the West undergoes its destruction at that time, but the idea of Empire would never be forgotten by those political entities that arise on old imperial foundations. From this perspective, this paper discusses the idea of Late Antiquity, the historical view, linking the political-institutional elements of Classical tradition and Germanic culture.

Keyword

Transition; Antiquity; Middle Age.

Enviado em: 09/04/2009

Aprovado em: 21/05/2009

1. Introdução

Entre 1993 e 1998, a *European Science Foundation* desenvolveu um programa de estudos abordando o período de transição do Mundo Antigo à Idade Média, entre os séculos IV-VIII no Ocidente. Tais estudos procuravam identificar as raízes da Europa e, consequentemente, a emergência das nações europeias, cujo caminho remontava, portanto, aos fins da época Imperial Romana ocidental. Invariavelmente, a fragmentação política do Mundo Romano projetou uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrâneo e da velha Europa, na qual a palavra “Transição” deve ser entendida de forma positiva e inovadora. O Império Romano Ocidental sofre sua desestruturação política naquele momento, mas a ideia de Império jamais será esquecida por aquelas entidades políticas que irão surgir sobre os antigos alicerces imperiais: as monarquias romano-germânicas.

Com efeito, a missão dos especialistas da *European Science Foundation* não foi, de maneira alguma, simples, de modo que, tal proposta de estudos comportava abordagens de valor etnográfico, voltado a uma série de análises acerca das estruturas políticas e dos padrões legais das novas sociedades. Em seu conjunto, os estudos voltaram-se, particularmente, aos conceitos e interações entre o fragmentário Mundo Romano e as sociedades germânicas, cujo aspecto fundamental era avaliar as relações entre os diferentes grupos sociais que se compunham no antigo espaço de domínio Romano desde o século IV. Evidentemente, esse caminho de identificação fora trilhado desde os primeiros assentamentos bárbaros na cidade e no campo, com abordagens à luz da nova história política, visando relações, dentre outros aspectos, tais como, a produção e a distribuição de bens. Tal perspectiva dirigiu, igualmente, um olhar crítico sobre a evolução e mesmo a transformação das crenças e culturas, numa dinâmica entre o poder e a sociedade, na qual a percepção do espaço, das fronteiras e das comunicações ilustra, finalmente, as noções entre Leste e Oeste para o Ocidente pós-romano em uma época que os especialistas têm denominado como a *Antiguidade Tardia*.

Dentro das perspectivas historiográficas atuais, um dos campos que está se desenvolvendo com maior evidência é aquele que genericamente se tem chamado de Antiguidade Tardia, campo esse que abarca, por certo, uma ampla gama de pesquisas que, tendencialmente, negam aquele velho preceito da “ruptura total” com o passado tal como imposto pela ideia da divisão quadripartite da história. O presente artigo busca discutir a ideia de Antiguidade Tardia com base nos elementos político-institucionais da tradição clássica e da cultura germânica, relacionando as visões da historiografia acerca do assunto, dentro de uma discussão que caminha, invariavelmente, no campo das generalidades, buscando, ao fim e ao cabo, contemplar um dos assuntos que tem colocado o fenômeno da Idade Média européia ocidental como um processo inerente às transformações do Mundo Antigo. Com efeito, foi a partir das transformações da sociedade romana à luz de uma nova época, que surgiu a Antiguidade Tardia, e a bem dizer, a própria ideia de Europa. Um período ímpar da História, sem

dúvida, mas que já não podemos mais chamar de Antiguidade Clássica, tampouco olhá-la como Idade Média.

2. A Antiguidade Tardia em Perspectiva Historiográfica

Há algum tempo a comunidade acadêmica tem dispensado uma atenção especial ao período que denominamos *Antiguidade Tardia*. Esse momento histórico se apresenta como consolidador dos elementos culturais, religiosos, políticos, econômicos e sociais que viriam a configurar o futuro medievo da Europa Ocidental. Muito mais que ruptura total com o passado, a Antiguidade Tardia mostra-se como mantenedora das ideias do período clássico, evidenciando em seu bojo, tanto elementos do mundo helênico quanto do período republicano e imperial romano. Duma maneira geral, essas mesmas concepções do mundo clássico foram sendo paulatinamente reinterpretadas, revisadas e novamente, reintroduzidas na sociedade ocidental com novos padrões éticos e ideológicos. Elementos, por certo, clarificados à luz de uma nova historiografia. O termo ora proposto, deriva da historiografia alemã¹, na qual a palavra ***Spätantike*** ilustra um rol infindável de elementos provenientes do mundo clássico greco-latino, alicerçando a cultura germânica a partir do século IV da nossa era.

Usualmente, a historiografia considera esse período como sendo balizado entre os séculos IV e VIII da era cristã, compreendendo, nomeadamente, entre a época baixo imperial romano ocidental e a ascensão do Reino Franco-carolíngio. As contribuições historiográficas clássicas de Henri-Irenée Marrou² e Peter Brown³ nesse sentido foram fundamentais, não apenas sobre as questões cronológicas, mas também acerca do próprio entendimento do amplo processo político e social operado no contexto das transformações na Europa daquele período, especialmente, na bacia mediterrânea. Esse recorte cronológico é mais comumente tratado como o momento da transição da Antiguidade ao Medievo.

Para a historiografia, o fim do mundo antigo sempre representou um momento de reflexão por parte dos estudiosos, mesmo antes de quaisquer perspectivas inovadoras, como as propostas dos *Annales* da década de 1930 ou a *Nova História* francesa dos anos 1970. A título de exemplo, cabe recordar aqui, o clássico estudo de Edward Gibbon “*The Decline and Fall of the Roman Empire*”⁴, ou posteriormente o eminentíssimo historiador britânico, o também clássico trabalho de Ferdinand Lot com “*O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*”⁵, publicado originalmente em 1927. Com efeito, tanto os especialistas no Mundo Antigo, quanto na Idade Média, debruçaram-se nos últimos anos a

108

¹ Para tanto ver: OLIVEIRA, W. F. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990.

² MARROU, H-I. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.

³ Cf. BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio à Maomé**. Lisboa: Verbo, 1972.

⁴ GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.

⁵ LOT, FERDINAND. **O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 2008.

repensar a questão da transição de uma época a outra, surgindo em função disso, novas perspectivas sobre esse momento chave da história ocidental, em consideração ao próprio nascimento da Europa, concentrando-se, fundamentalmente, no entorno da bacia mediterrâника.

Sobre essas questões, sublinhou Brown (BROWN 1972, p.7) que “o estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o mediterrâneo”, onde, por certo, verificamos a efervescência duma série de elementos institucionais do Mundo Clássico que determinariam a configuração do emergente Mundo Medieval. E de fato, as pesquisas históricas têm, nas últimas décadas, desempenhado um importante papel acerca das interpretações sobre o período da transição da Antiguidade Clássica à Idade Média. E, por se apresentar como uma época de transição, as construções teóricas mensuradas a partir da práxis política, têm demonstrado que essa fase não ocorreu de maneira simples, pois, a contemplação dos variados elementos que caracterizam esse momento da História européia ocidental projetam, a um só tempo, dois mundos: o clássico tardio e o emergente medievo.

Notadamente, nessa fase de transição entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média é que encontramos a Antiguidade Tardia, apresentada muito mais como um momento de permanências e transformações e que atinge principalmente os campos político, cultural, econômico, religioso e social e que viria imprimir uma nova face ao mundo mediterrânico ocidental pós-romano. Um período caracterizado, igualmente, por nos fornecer um rico quadro de informações para abordagens, no que tange tanto pesquisas históricas quanto historiográficas sobre os mais variados temas. Trata-se, portanto, de um quadro de aspectos múltiplos, cujos elementos nos levam a refletir acerca das transformações operadas nas sociedades mediterrânicas, da qual temos indicativos variados à diversificadas áreas de estudo. Conforme sublinhou Marrou:

Será já tempo de admitir que a Antiguidade tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo: é uma outra antiguidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não por cânones de épocas anteriores. [...] um espírito novo se manifesta nos mais diversos domínios, desde as técnicas materiais e as formas mais externas da existência quotidiana, à estrutura mais secreta da mentalidade colectiva, à ideia, ao ideal que os homens desse tempo conceberam em relação ao mundo e à vida [...] (MARROU 1979, p.15)

Portanto, essa “outra Antiguidade”, deve ser compreendida a partir da continuidade dos elementos institucionais do Mundo Clássico e das profundas transformações que, agregadas à cultura germana, particularmente, produziram um novo quadro político social para a época e, além das formatações de um mundo novo, viria ela própria a ser o berço da Europa Medieval. Validamente, a originalidade dessa época, tal qual nos chamou atenção Marrou (MARROU 1979), deve ser compreendida através da reconfiguração de uma sociedade. Nesse

contexto histórico, a práxis política deve ser mensurada a partir das relações desenvolvidas com o mundo emergente, ou seja, na atuação das antigas instituições políticas de procedência clássica greco-romana em combinação com os elementos da cultura germana.

Uma diferença consubstancial entre Peter Brown e Henri-Irenée Marrou é que, o primeiro considera que o pano de fundo ideológico do cristianismo, particularmente em meados do século IV, é que será a pedra angular das transformações político-ideológicas que se processarão no Ocidente, especialmente, em relação à consolidação das novas monarquias romano-germânicas assentadas no antigo espaço de domínio imperial romano. Por seu turno, Marrou entende que o processo de transformação da sociedade tardocristã se opera num amplo quadro geral de reflexão, com variações que abarcam, essencialmente, os aspectos culturais, ideológicos e sociais. Dentre esses aspectos considerados por Marrou (MARROU 1979), se faz premente a revolução nos costumes, a paixão dos jogos, a nova religiosidade e os embates entre a arte pagã e a arte cristã. Sua proposta contempla um período balizado entre os séculos III e VI da era cristã.

Brown relativiza (BROWN 1972), primordialmente, os aspectos teóricos e práticos do poder na sociedade romana tardia, projetando no quadro dialógico, a partir da ideologia cristã do século IV, mais particularmente, sua relação com o poder imperial, em que deixa entrever a nova sociedade ressurgida em meio a essas contraposições e na alternância entre o poder central com relação às aristocracias senatoriais. O colapso do governo imperial romano foi atribuído por Brown (BROWN 1972, p.126) ao alheamento da Igreja e da aristocracia senatorial em relação ao exército. O clássico estudo do historiador irlandês retoma as mudanças sociais e culturais num período compreendido entre meados do século II até meados do século VIII e a emergência de uma civilização já diferente daquela que era considerada a "civilização clássica". Nesses séculos decisivos, conforme demonstra o autor, verificamos a paulatina transformação de algumas das instituições do Mundo Antigo, num processo que ele chama de "revolução romana tardia", partindo desse modo, à análise da sociedade e da religiosidade no Mundo Mediterrâneo.

Evidentemente, as contribuições de Peter Brown e Henri Marrou perpassam o tão somente sentido teórico na abordagem da Antiguidade Tardia, pois suas contribuições podem ser percebidas mesmo na abordagem metodológica do termo, cujas reflexões nos remetem a uma busca pela explanação do próprio sentido de transformação. Nessa linha de reflexão, faz-se imperativo que destaquemos suas contribuições historiográficas, tão fundamentais para o entendimento do processo de transformações que se operaram na sociedade ocidental pós-romana. Sobre um ponto em especial concordam os historiadores, quando afirmam que a Antiguidade Tardia é um período que, ao mesmo tempo em que se apresenta como transição da Antiguidade Clássica à Idade Média, também pode ser visto como o mantenedor de práticas, especialmente políticas, provenientes do mundo clássico e, através disso, se configura como um momento

ímpar da História ocidental. Importa precisar que esse período é identificado muito mais pelas permanências que pelas rupturas entre os elementos sociais.

Outra referência fundamental ao estudo da transição do Mundo Antigo ao Medievo são os trabalhos de Santo Mazzarino. O historiador italiano dedicar-se em grande parte à compreensão das vicissitudes crepusculares a respeito dos conceitos de *Império Universal* e *Decadência de Estado*. Um primeiro trabalho referencial de Mazzarino é *Aspetti sociali del IV secolo. Ricerche di storia tardo-romana*, de 1951, no qual o autor já coloca que as questões políticas do Império Romano no século IV seriam prementes a sua fragmentação nas épocas imediatamente posteriores. Nessa mesma perspectiva é publicado, em 1988, *La fine del mondo antico. Le cause della caduta dell'impero romano*, obra na qual se propõe uma análise minuciosa do processo de fragmentação política do Império Romano desde a época de Marco Aurélio (161-180), negando-se finalmente a ideia de “decadência”, como uma expressão reducionista e determinante à História tardo-antiga. Com efeito, Mazzarino, em ambos os trabalhos, revela que o problema político do Império Romano tardio é o que irá, particularmente, determinar o quadro das transformações no Ocidente, posto que essas já se operavam no seio do Império mesmo antes de quaisquer perspectivas das chamadas invasões bárbaras.

111

Num trabalho editado em 1997, Michelle Brown e Leslie Webster reúnem uma coletânea de artigos de diversos especialistas de alto gabarito como Javier Arce, Evangelos Chrysos, Averil Cameron, Ian Wood e Walter Pohl, dentre outros não menos importantes. A louvável iniciativa das historiadoras Brown e Webster demonstrou que, fundamentalmente, as transformações do Mundo Romano decorreram nos mais diversos aspectos da sociedade ocidental. Particularmente, Ian Wood nos chama a atenção para o fato de que nos séculos IV e V, momentos finais do Império Romano ocidental, as transmissões de ideias do Mundo Clássico desempenharam um papel determinante para o sentido do que chamamos de “transformação”. Segundo Wood (WOOD 1997, p.111), um claro exemplo dessa transmissão de ideias pode ser verificado partindo dos legados dos “pais da Igreja” como Ambrósio de Milão, João Crisóstomo, Jerônimo de Aquileia, Agostinho de Hipona, dentre outros.⁶ Tal legado pode, igualmente, ser buscado nos séculos VI e VII, a partir dos exemplos de Cassiodoro e Isidoro de Sevilha, respectivamente. Com efeito, a sobrevivência dos elementos político-institucionais e mesmo das tradições provenientes do Mundo Clássico somente foram possíveis por meio dessa valorização cultural, revelada sob a pena dessas destacadas figuras.

Recentemente, o sentido de Antiguidade Tardia, como a transição ou a transformação do Mundo Clássico, foi retomado por uma edição do *Journal of Late Antiquity* sob a edição de Ralph Mathisen (2008).⁷ Os especialistas debruçaram-se sobre os aspectos do Mundo Romano em sua plena transformação

⁶ Cf. WOOD, I. *Transmission of ideas*. In: WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997, pp.111-127.

⁷ MATHISEN, Ralph (ed.) **Journal of Late Antiquity**. Vol.1, nº1, 2008.

e a insurgência da nova sociedade, contando igualmente com a participação de nomes como Arnaldo Marcone, Edward James, Clifford Ando, Ian Wood e Luís Garcia Moreno, dentre outros. A proposta de Mathisen retoma a Antiguidade Tardia como um campo de pesquisas, viabilizando uma melhor compreensão do período subsequente, a Idade Média. Esses estudos projetam vaiadas perspectivas sobre o período em questão, transformando-o em objeto essencialmente válido e atual de pesquisas.

Mesmo cientes de que a Antiguidade Tardia, ao menos ao longo das três últimas décadas, já percorrera um longo caminho em vias de sua legitimidade, tal campo é reapresentado enquanto um objeto complexo de análises, cujas idiossincrasias, para além de sua filiação cronológica, demonstram tempos, populações, costumes, tradições, culturas e vários outros elementos, distintos daquelas ideias do Mundo Antigo. Esse distanciamento teórico-metodológico somente significaria um elemento de concordância, segundo o ponto de vista dos autores, de uma forma geral: o Mundo Antigo se transformara.

3. As Transformações do Mundo Antigo e a Antiguidade Tardia

A ideia de transformação do Mundo Antigo tem sido proposta há algum tempo por diversos especialistas.⁸ Recentemente, os estudiosos têm demonstrado um grande esforço por compreender esse amplo quadro em relação ao Mundo Romano, num processo de interação cultural com o Mundo Bárbaro. Com efeito, um trabalho em particular merece melhor atenção que é o do historiador austríaco Walter Pohl.⁹ Num estudo seminal, esse autor levantou alguns questionamentos para a historiografia acerca do grau de perturbação ou da mudança gradual ao final da Antiguidade Clássica que viria a configurar o futuro Medievo na Europa ocidental, tratando, igualmente, outros pontos, como por exemplo, a intensidade com que a comunidade acadêmica tem debatido esses temas.

Com efeito, o questionamento chave das observações do professor Pohl é realmente: Roma caiu? Ou somente foi transformada? O Império foi destruído pelos bárbaros ou a sua decadência foi inevitável devida às razões internas? Atentamente à formulação de respostas que melhor contemplasse a essas e outras questões, o historiador austríaco tem demonstrado que o Mundo Romano, indubitavelmente, se transformou. Porém, a dúvida suscitada a partir dessa afirmação é justamente: em que sentido as transformações do Mundo Romano configuraram essa 'outra Antiguidade'? O próprio Pohl nos dá a trilha para essa complexa resposta: o processo gradativo de integração dos bárbaros ao Mundo Romano. Desse modo, afirma Pohl (POHL 1997, p.5), que "a integração dos bárbaros

⁸ Sobre este aspecto: WHITE, L. T. **The Transformation of the Roman World**: Gibbon's problem after two centuries. California: California University Press, 1966; e também WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997.

⁹ Cf. POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire**: The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.

tem tradicionalmente sido vista sob o ponto de vista das normas e instituições, e explicada sob o contexto da teoria política romana e conceitos legais”,¹⁰ de modo que, e completando essa afirmativa, diz que:

[...] modos de produção e estilos culturais foram essenciais para esses esforços de integração, mas eles não podem explicar por si próprios porque certos tipos de comunidades prevaleceram e outros declinaram: *gens* ao invés de *civitas*, *regum* invés de *imperium*, duas chaves no desenvolvimento e no processo de “Transformação do Mundo Romano”.¹¹

Portanto, tal processo de “integração” foi muito mais amplo que puramente “assimilação” de aspectos políticos ou institucionais romanos, posto que, muitos preceitos bárbaros prevaleceram, sobremaneira, às antigas instituições da época clássica e imperial romana. Nesse sentido, sugerimos que invés de assimilação ou simples aceitação dos preceitos político-institucionais romanos por parte dos bárbaros como forma de inserção na sociedade, houve um processo de *reinterpretação* das velhas instituições como meio de integração e que a partir do século VI, de maneira mais particular, sofreram novamente um impacto, no sentido ideológico da transformação do Mundo Romano. Houve uma nova reelaboração da política à luz do cristianismo. Dois claros exemplos desse processo podem ser ilustrados por francos e visigodos. Primeiramente, os francos e a conversão ao cristianismo niceno com Clóvis (481-511), no limiar da sexta centúria e, à *posteriori*, os visigodos com o rei Recaredo I (586-601) e a conversão ao catolicismo niceno em 589, por ocasião da realização do III Concílio de Toledo. Ademais, a política régia revestiu-se de um caráter excepcionalmente cristão, dando vistas às práticas de poder dos imperadores romanos da época baixo imperial, cuja imagem do *imperator christianus sacratissimus* tem eco na imagem *rex Dei gratia* (rei pela graça de Deus) dos francos¹² ou mesmo, do *rex clementissimus* (rei clementíssimo) dos godos.

113

O processo de integração dos bárbaros foi, com efeito, somente um dos elementos de transformação do Mundo Romano, pois, correspondem unicamente a um aspecto dessa nova sociedade, assim como, as questões políticas, institucionais ou religiosas. Notadamente, todos esses elementos foram, sobremaneira, aliados à intensa burocracia na máquina administrativa romana tardia. Portanto, o trato dessas questões deve ser encarado não somente como um contexto ou uma realidade, na qual esse processo emerge de maneira clara. Na Antiguidade Tardia, as “realidades” dependeram, de forma direta ou mesmo indireta, de contextos variados, dependentes de relações exógenas não

¹⁰ “the integration of barbarians has traditionally been seen from the point of view norms and institutions, and explained from the context of Roman political theory and legal concepts”. In: **idem**, p.5.

¹¹ “modes of production and cultural styles were essential to these efforts of integration, but they cannot explain in themselves why certain types of community prevailed and others declined: *gens* instead of *civitas*, *regum* instead *imperium*, two key developments in the process of “Transformation of the Roman World”. In: POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire. The Integration of Barbarians in Late Antiquity**. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997, p.5

¹² Sobre esses aspectos ver CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

apenas entre o Império e os Reinos Bárbaros, futuros sucessores, mas, também em relação à política imperial romana no Oriente, ou puramente, em relação aos próprios germanos, como, por exemplo, os Francos, Visigodos, Lombardos, Avaros, dentre outros. As relações políticas entre os bárbaros e o Império Romano, de um modo geral, podem ser interpretadas à luz das alianças ou tratados político-militares entre estes e aqueles, tratado este que a historiografia tem usualmente caracterizado como o *Foedus*.¹³

Essas alianças político-militares foram, paulatinamente, sendo transformadas durante a Antiguidade Tardia. Conforme nos chama a atenção Pohl:

O termo *foedus*, tratado, e *foederati*, federados, mudaram seus significados no decurso da antiguidade tardia. Estudiosos modernos têm adicionado mais outras camadas de significados. Historiadores jurídicos têm adotado o termo *foedus* como um termo técnico para o tratado de Roma concluído com os bárbaros, enquanto que os contemporâneos dizem que poderíamos chamar qualquer tratado de *foedus*. Ao contrário, *foederati* adquiriu um sentido mais moderno que tinham dado os estudiosos da antiguidade tardia (POHL 1997, p.8).¹⁴

Esse novo sentido atribuído ao termo *foederati* esteve ligado, particularmente, a partir do século VI, ao designativo grego¹⁵, e foi usado para a distinção dos contingentes bárbaros dentro do exército romano. Já o termo *foedus* pode ser de fato, interpretado como "tratado", pois, as fontes romanas tardias denotam estas distinções no trato entre romanos e bárbaros, com relação particularmente a esta terminologia. Ammianus Marcellinus nos testemunha que desde os tempos do imperador Juliano, por volta de 361, os Alamanos haviam rompido com o tratado (*foedus*) devastando as fronteiras da Raetia,¹⁶ sendo que o "tratado" de paz fora restabelecido apenas com o

114

¹³ O termo é referido em extensa bibliografia dentre a qual citamos alguns: HEATHER, P. **The Fall of the Roman Empire**: A New History of Rome and the Barbarians. Oxford University Press, 2005, especialmente a p.82 "[...]rendered themselves completely (called in Latin an act of deditio) and were then graciously granted terms in treaty (Latin *foedus*), which made them imperial subjects [...]" (rendidos a si completamente (chamado em latim de ato de deditio) e em seguida foram agraciados em termos de tratado (latim *Foedus*), que os fez sujeitos imperiais [...]); e particularmente ao caso dos visigodos: FRIGHETTO, R. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000, p.49, aonde afirma que os "[...] visigodos reconhecidamente *foederati* do Império Romano do Ocidente desde 417-418 [...]" e também ROUCHE, M. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes 418-781**. Naissance d'une region. Paris: E.H.E.S.S., 1979.

¹⁴ "The terms *foedus*, treaty, and *foederati*, federates, changed their meaning in the course of late antiquity. Modern scholarly use has added yet another layer of meanings. Legal historians have adopted *foedus* as a technical term for a treaty Rome concluded with the barbarians, whereas contemporaries might call any treaty a *foedus*. On the contrary, *foederati* has acquired a more general sense in modern scholarship than it had in late antiquity". In: POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire**: The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997, p.8.

¹⁵ **idem**, p.8.

¹⁶ **Amm. Marc.** XXI, 3-1 [...] *Dum haec ita aguntur, propinquante iam vere, nuntio percitus inopino ad tristitiam versus est et maerorem. Didicit enim Alamannos a pago Vadomarii exorsos, unde nihil post ictum *foedus* sperabatur incommodum, vastare confinis Raetiis tractus, nihilque sinere intemperatum manus, praedatorias fusius discurrentes [...]* em que segue: (Enquanto estes eventos prosseguiam e o perigo se aproximava, percebeu-se com tristeza e sofrimento que eles tinham uma inteligência inesperada. Por saber que os Alamanos tinham pagado tributos a Vadomarius, e tendo feito com ele um tratado (*foedus*), ele [o imperador] antecipou seus incômodos e viu que era desperdício colocar tropas ao longo da Rétia espalhando-se por toda fronteira e não deixando nada desprotegido).

imperador Valentiniano e o rei alamano Macrinus¹⁷ e, posteriormente, após o ataque das regiões dominadas pelos francos, fez-se novo “tratado” de paz (*foedus*) com o mesmo imperador romano.

Semelhante relação pode ser verificada também no trato entre romanos e godos, como na célebre passagem de Jordanes (*Get. XXVII, 140-141*) ao se referir ao acordo de paz firmado entre o imperador romano Graciano e Teodósio com os Godos por volta de 382, após uma ação militar conjunta entre estes contra visigodos, ostrogodos e alanos. Segundo esse acordo, era permitido aos godos se instalarem nas regiões da *Mesia* e no norte da *Tracia*, ao longo do Danúbio e obrigava os romanos a prestar-lhes subsídios anuais, como roupas e comida e, em troca, os godos deveriam servir aos romanos como aliados (*foederati*) do exército. Porém, é importante destacar que o caso dos visigodos em relação ao estabelecimento como *foederati* do Império Romano é colocado muito antes por Jordanes. O historiador godo fala em um acordo datado ainda do final do século III com Maximiano na guerra contra os Partos.¹⁸ Esse mesmo acordo foi mantido pelo imperador Constantino contra Licinio e, mesmo após a morte do rei visigodo Atanarico, o acordo prevaleceu com o imperador Teodósio.

Assim, gradativamente, a reinterpretiação das velhas instituições, como no caso do *foedus* que transformava os bárbaros em *foederati*, pode ser vista como parte integrante do processo de transformação do Mundo Romano, com vistas à nova sociedade romano-germânica. Evidentemente, não fora somente em termos militares que se deram tais transformações, sendo que podemos atribuir tal processo a um campo variado e particularmente rico para abordagens. O legado clássico aos reinos romano-germânicos foi mais amplo, constituindo uma gama infinidável de elementos, que, conforme sublinhou Pohl (POHL 1997), iriam de modos de produção a estilos culturais, cada qual configurando os aspectos sociais no mundo pós-romano.

De fato, percebemos que as transformações que se operam na sociedade romana tardo-antiga, por muito prevaleceram sob os reinos romano-germânicos, formados a partir da desagregação política de Roma. Contudo, verificamos que a predominância de algumas dessas práticas e instituições germanas se sobressaem aos elementos político-institucionais romanos, o que não significa dizer que isso fora uma generalidade. Assim, a Antiguidade Tardia enquanto perspectiva

¹⁷ **Idem**, XXX, 3-4 [...] *Haec memorantes addentesque utilia, reduxere eum in meliorem sententiam, statimque, ut conducebat rei communi, prope Mogontiacum blandius rex ante dictus accitur, proclivis ipse quoque ad excipiendum foedus, ut apparebat. Et venit inmane quo quantoque flatu distentus ut futurus arbiter superior pacis, dieque praedicto conloquii ad ipsam marginem Rheni caput altius erigens stetit, hinc inde sonitu scutorum intonante gentilium [...] ou na mesma passagem, XXX, 3-7 [...] Perit autem in Francia postea, quam dum internecive vastando perrupit avidius, oppedit Mallobaudis bellicosi regis insidiis circumventus. Post foedus tamen sollempni ritu impletum Treveros Valentinianus ad hiberna discessit [...] em que segue: (Recapitulando estas memórias, o rei resolveu adotar uma nova estratégia. O pai foi convidado a vir confessamente a Monguntiacum e este se mostrou inclinado a fazer um tratado (*foedus*). Quando veio, porém, este se mostrou orgulhoso e arrogante, como sábio, tal como deve ser alguém que quer fazer a paz. Tendo vindo à conferência no limiar do Reno, acompanhado de um grande séquito, fizeram um acordo com seus seguidores [...] Mas depois em Francia [país dos Francos] que foi invadida e destruída, até que tudo fosse devastado por Mallobaudo, e o seu rei massacrado e morto, depois então se fez o tratado (*foedus*), e quando foi ratificado, Valentiniano retirou-se para seus aposentos de inverno em Tréveris).*

¹⁸ **Jord. Get. XXI.**

de estudos se apresenta de maneira ampla e rica, e os pesquisadores não são indiferentes a essas questões o que podemos verificar de forma crescente mesmo no caso das pesquisas em âmbito da academia brasileira.

4. A Antiguidade Tardia no Brasil: perspectivas de estudos

No Brasil os estudos relativos à Antiguidade Tardia têm angariado destaque nos últimos anos. Tal interesse, por certo, está ligado especialmente ao desenvolvimento de vários centros universitários de estudos, pesquisas e extensão aos quais se vinculam diversos especialistas brasileiros e estrangeiros. Contudo, só muito recentemente podemos falar de um interesse mais efetivo do público acadêmico brasileiro pelo tema. Todavia, importa assinalar que a maioria desses estudos provêm, particularmente, de dissertações e teses, que dirigem uma especial atenção, dentre outros aspectos, às implicações políticas, sociais, econômicas, religiosas, culturais na época da transição entre o Mundo Antigo e o Medieval.

O interesse pelos estudos da Antiguidade Tardia, no que tange o universo acadêmico nacional, pode ser compreendido através de um duplo panorama. De um lado, dissertações e teses que envolvem diretamente o Império Romano e as implicações geradas pela ideia de Alto e Baixo Império, de onde emerge um quadro central tendo por base o eixo do Mundo Mediterrâneo. Por outro lado, destaca-se um grupo crescente de pesquisadores cujo enfoque desloca-se para o mundo pós-romano, de onde a emergência, organização e consolidação dos chamados reinos romano-germânicos no antigo espaço de domínio imperial traz como característica fundamental a herança cultural e a reorganização social da futura Europa.

Nesse processo de transformação do mundo romano, seja na época imperial ou no período de formação dos reinos romano-germânicos, as reflexões sobre o romanismo ou o germanismo evidenciam uma série de particularismos que, em maior ou menor grau, expõe a atualidade dos fenômenos relativos à Antiguidade Tardia. Embora as particularidades sejam muitas, ambos os grupos mantêm um ponto essencial em comum que é a negação incondicional do velho preceito de “ruptura” total do passado, admitindo assim, a permanência dos elementos político-institucionais no Mundo Mediterrâneo. Desse modo, apontamos alguns trabalhos produzidos em âmbito nacional que podem ser compreendidos dentro dessa dupla vertente, sendo, primeiramente, os estudos relativos às discussões sobre o Alto e o Baixo Império Romano.

Nessa esfera, destacamos os trabalhos de Ana Teresa Marques Gonçalves, cujo foco de pesquisa está relacionado à dinastia severiana em finais do século II em Roma. Seus estudos trazem à baila discussões das representações imagéticas políticas no Mundo Antigo, convergindo à estruturação do poder no Alto Império Romano, destacando-se questões identitárias e de criação de uma ordem imperial, que propiciam análises acerca da permanência e da integração política e econômica em território imperial. Segundo nos aponta a

professora Ana Gonçalves, as mudanças no âmbito da política da época alto imperial romana deixam entrever o próprio sentido de “rupturas e continuidades”, e as inferências como parte componente elementar do processo de transformações do Mundo Romano são, em vários aspectos, inevitáveis.¹⁹

Tal caminho pode ser ainda verificado a partir de uma análise acurada do próprio sentido de “transformações”, segundo o qual somos remetidos, indubitavelmente, aos postulados braudelianos da “*longue durée*”.²⁰ Dentro do campo das múltiplas abordagens suscitadas sobre o Império Romano, podemos verificar os trabalhos de Margarida Maria de Carvalho, cuja atenção é dispensada particularmente à época baixo imperial, no tempo do imperador Juliano o Apóstata (331-363). Na perspectiva da historiadora, as atitudes no campo político, filosófico, religioso, administrativo e militar, exaradas principalmente pela perspectiva de Amiano Marcelino, contemporâneo do imperador, denotam efetivamente as ações deste em relação às transformações nas fronteiras do Império Romano em meados do século IV. Os estudos da professora Margarida de Carvalho vão ao encontro das elaborações da imagem imperial, vinculada ao processo de heroificação do Imperador Apóstata, processo esse construído por Amiano no momento da compilação e redação de suas memórias. Nesse sentido, seus trabalhos têm destacado, fundamentalmente, que o processo de transformações do Mundo Romano é colocado em perspectiva pelas próprias fontes do período, como é o sugerido através da análise de Amiano Marcelino nos finais da quarta centúria.²¹

117

Numa perspectiva dialógica, particularmente entre a política e a religiosidade, a respeito da aplicabilidade do conceito de Antiguidade Tardia, destacam-se os estudos de Gilvan Ventura da Silva. De início, destaca o historiador que o conceito cumpriu um importante papel num momento em que se tratava de “reabilitar” um período da história, no qual se supunha o Império tivesse experimentado uma melancólica ruína, anunciando a “Dark Age” medieval. Gilvan Ventura atribui a responsabilidade pelo interesse nos estudos relativos ao período em questão, particularmente, aos próprios romanistas, que num esforço por mitigar as imagens excessivamente pessimistas acerca da Idade Média, foram estimulados a também abordar a fase final do Império Romano sob outra ótica, procurando valorizar as inovações do período, especialmente aquelas que diziam respeito ao campo da religião, das sensibilidades e da cultura tomada em seu sentido lato.

¹⁹ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Rupturas e Continuidades: os Antoninos e os Severos. In: **Fênix** Revista de História e Estudos Culturais, jan/fev/mar/2007, Vol.4, Ano IV, nº1, pp.1-15.

²⁰ Neste sentido BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp.41-78.

²¹ Destaque-se ainda, que na perspectiva da professora Margarida de Carvalho, o processo de transformação do Mundo Romano e as inferências com relação à Antiguidade Tardia, quando analisado pela ótica do governo de Juliano o Apóstata poderão ser verificadas mesmo na política religiosa desse imperador, com a chamada *restauração pagã*, numa tentativa de retomada dos valores da cultura clássica. Sobre essas questões cf. CARVALHO, Margarida Maria de. Gregório Nazianzo e a Polêmica em torno da Restauração Pagã de Juliano. In: MENDES, Norma Musco.; VENTURA DA SILVA, Gilvan. (orgs.) **Repensando o Império Romano**. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes: 2006, pp.267-284.

Por fim, o eminent historiador brasileiro tem destacado que é preciso, fundamentalmente, compreender que o conceito, tal como ele foi durante muito tempo empregado, encerrava uma perspectiva excessivamente otimista acerca do final do Mundo Antigo, como se o processo de transição para a Idade Média só houvesse comportado encontros étnicos e inovações culturais, dentre as quais as mais significativas teriam sido a consolidação do cristianismo e a formação de uma civilização romano-bárbara no Ocidente. Apontando as potencialidades, mas também as limitações próprias do conceito, o professor Gilvan Ventura destaca que o conjunto de transformações que conduziram à desagregação do Império Romano do Ocidente somente pode ser compreendido a partir de uma visão não pessimista, tampouco reducionista da ideia de transição de um período ao outro, tal qual foi por muito tempo empregada (a visão) pela antiga historiografia do século XIX e, deveras, em alguns estudos atuais, ainda, infelizmente, mantidas.

Com efeito, destacamos, nesse mesmo aspecto de transformações do Mundo Romano, outro grupo de especialistas que tem defendido particularmente a ideia de transformação do Império e a manutenção de alguns preceitos da época clássica e imperial no âmbito de constituição e consolidação das monarquias romano-germânicas no eixo mediterrâneo. Sobre essas questões destacamos em particular os trabalhos de Renan Frighetto. Este historiador revela a importância do Mundo Mediterrâneo, cujos estudos, nos últimos anos, projetam este mundo enquanto elemento forjador de culturas diversas e sistemas políticos na constituição da História ocidental. Para o historiador, alguns elementos fundamentais compõem o quadro de transformações do Mundo Antigo, particularmente, interação, tradição, legitimação e etnogenese, o ponto comum na tessitura de suas considerações vincula-se justamente em relação à espacialidade de suas abordagens: o Mundo Mediterrâneo. A ideia de "interação" é projetada com um sentido mais amplo, que associa a perspectiva cultural, mas também política e religiosa, num aspecto muito próximo daquele já proposto por Momigliano (MOMIGLIANO 1990), como sendo um sinônimo de "encontros" ou "intercâmbios".

Nesse aspecto, Frighetto propõe outro conceito característico desse universo historiográfico que é, justamente, o sentido de "tradição", exarado a partir das "construções" e "elaborações" teóricas inclusivas que foram paulatinamente transformadas e reintroduzidas no Mundo tardo-antigo. A partir do sentido proposto pela "tradição" do Mundo Antigo, advém o conceito de "legitimação", assentando-se sobre a ideia de que o passado, quando evocado numa tradição é o elemento primordial de constituição de instituições, poderes e grupos sociais e políticos no entorno da bacia mediterrânea. E, finalmente, o conceito chave de "etnogenese", partindo-se de um princípio que o processo de interação cultural entre os diversos grupos étnicos que compuseram o mundo pós-romano e que tomaram como base a tradição do pensamento clássico e imperial, evocado pela legitimidade política e social desses grupos, inquestionavelmente, seria a base de sustentação do que a historiografia atual

tem chamado de “etnogenese”. Um conceito que deve ser utilizado sem a preocupação política de inclusão contemporânea, mas que deve ser analisado como parte componente e elementar das transformações do Mundo Antigo na emergência do que chamamos de Europa.

Finalmente, poderíamos aqui apresentar outros ricos exemplos. Contudo, respeitando os limites do presente trabalho, pensamos que a presente exposição não deva ser tomada como um fim em si mesmo, mas como um ponto de partida para a ampliação e debate das ideias sucintamente apresentadas. Os debates acerca das permanências e continuidades ao longo do processo histórico têm por certo seu lugar dentro da discussão historiográfica nacional. O não alheamento dos especialistas brasileiros sobre essas questões é uma prova mais que suficiente para validar essa observação. Embora devamos reconhecer que ainda é muito cedo para fazer qualquer análise mais concludente acerca do interesse por parte da academia nacional, o certo é que não somos indiferentes acerca dos debates que concernem o mundo acadêmico estrangeiro no que tange a essas questões, históricas por certo, mas atualíssimas mais que nunca.

Considerações Finais

119

O período de transição entre o mundo clássico greco-latino e a Idade Média, tem sido visto tradicionalmente, desde Edward Gibbon em seu *The Decline and Fall of the Roman Empire*,²² como uma época de caos e obscuridade. As pesquisas atuais têm demonstrado justamente o contrário, revelando tal momento como uma profunda dinâmica, na inflexão de elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos que basicamente serviriam de pano de fundo à constituição do futuro Medievo da Europa Ocidental.

Decididamente, a Antiguidade Tardia apresenta-se como uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrâneo e da velha Europa, na qual a palavra “transição” deve ser entendida de forma positiva e inovadora. Ademais, diversas podem ser as formas de interpretações acerca do legado clássico, como no caso da cultura, poder, sociedade, dentre outros aspectos não menos importantes. Conforme chamou nossa atenção por sua vez Marrou (MARROU 1979), essas heranças podem variar desde a “revolução no vestuário, nova religiosidade, embates entre cristãos e pagãos”, até diversos outros elementos. Contudo, salientamos que, para além dessas relações, a Antiguidade Tardia é, deveras, caracterizada pela permanência e transformação dos preceitos clássicos, tanto no âmbito urbano quanto em âmbito rural.

As cidades e seus característicos modos administrativos do Mundo Antigo vão paulatinamente dando espaço a uma nova ordem, em razão da diminuição da função político-administrativa atribuída pelos imperadores romanos a *Pars*

²² GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.

*Occidental*is do Império desde o final do século II,²³ com Marco Aurélio (161-180). Desse modo, ao se analisar nesses processos de permanências históricas, seja em âmbito cultural ou político-social, acabamos por nos remeter àquilo que Braudel em meados do século XX qualificou como “*longue durée*” (longa duração).²⁴

Nos últimos anos, com o surgimento gradual de novas abordagens acerca dos temas ligados às questões sobre as delimitações cronológicas entre um período e outro, especialmente a partir da década de 1970, vêm-se revelando uma rede de relações político-institucionais de caráter fundamental ao entendimento da própria história da Europa. Um momento que, por certo, nos oferece um rico quadro de abordagens, tanto históricas quanto historiográficas. E, não obstante, se passou a investigar as condições históricas em que essas relações eram produzidas, em geral, quadros de intensas disputas políticas. A averiguação dessas relações de poder levou parte dos especialistas envolvidos à investigações mais profundas sobre as condições históricas de sua sustentação, tendo em vista que, esses processos necessitavam, em grande parte, de certa estabilidade político-social para desenvolver-se. Isso não tirava a originalidade dos mesmos, mas forçava os pesquisadores a analisar mais profundamente em que condições temporais e materiais certos processos históricos realizaram-se e qual sua relação com outros fenômenos análogos, tais como religião e sociedade.

A proposição de limites cronológicos de um período para outro é, por certo, uma das mais árduas tarefas que cabe ao historiador. Com efeito, uma proposição genérica é sempre incompatível com o desenvolvimento do próprio conhecimento histórico. No entanto, é necessário ao historiador levantar alguns questionamentos acerca do contexto ao qual se dedica a analisar, oferecendo, a partir daí, novas perspectivas em relação ao processo do fazer histórico. Nossa objeto na presente reflexão é, indubitavelmente, um dos mais complexos em termos de análise, posto que, a compreensão direta ou indireta do referido período depende, particularmente, de questões mais amplas a sua compreensão.

O Mundo Antigo sofre uma série de transformações que, ao fim, darão vistas à constituição, seja a nível de influência, pensamento ou formação, de uma nova época, que, contudo, ainda não é possível chamar de Medieval. No que tange à historiografia, os esforços por reconhecer o lugar de tais transformações nos leva, efetivamente, a inferir que existe, por certo, um período que intermedia o Mundo Clássico “fragmentado” e o Medieval “emergente”. Nesses termos, a Antiguidade Tardia deve ser aceita como a ponte entre ambos, cimentada a partir das concepções ideológicas, políticas, religiosas, sociais e econômicas que virão a constituir a futura Europa Medieval. Conforme destacamos, o mundo acadêmico brasileiro não é indiferente a essas perspectivas

120

²³ Sobre esta questão vide FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000, p.45-47.

²⁴ Cf. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, 1992, pp.41-78.

e estudos, embora ainda de maneira bastante tímida, mas inserido por certo nesses debates, considerando possibilidades múltiplas para tais abordagens, num esforço inquestionável por um espaço reconhecido dentro da atual historiografia.

Para finalizar, a legitimidade de tais ideias encontra acolhida na fórmula de Bloch (2002, p.68), quando afirma que o historiador, pelo seu ofício, encontra-se impossibilitado de constatar os fatos que estuda, contudo, sua observação do objeto histórico é que o levará à constituição do próprio sentido para a história. Nas palavras do eminente historiador francês “o passado, é por definição, um dado que nada mais modificará [...] mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso [...]” (*idem*, p.75). Metodologia sugerida que empregamos de maneira semelhante em nosso ofício de historiador, embora com pretensões bem mais modestas, é verdade, mas que, de maneira sintomática, procuramos sempre desenvolver.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. II. Liber 20-26.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006.

_____. **History. Vol. III. Liber 27-31.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1940.

JORDANES. **De origine actibusque Getarum. Origen y gestas de los godos.** Madrid: Cátedra, 2001.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992, pp.41-78.

BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio à Maomé.** Lisboa: Verbo, 1972.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média.** São Paulo: Alameda, 2008.

CARVALHO, Margarida Maria de. Gregorio Nazianzo e a Polêmica em torno da Restauração Pagã de Julian. In: MENDES, Norma Musco.; VENTURA DA SILVA, Gilvan. (orgs.) **Repensando o Império Romano.** Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes: 2006.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental.** Curitiba: Juruá, 2000.

GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Rupturas e Continuidades: os Antoninos e os Severos. In: **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, jan/fev/mar/2007, Vol.4, Ano IV, nº1.

HEATHER, Peter. **The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians**. Oxford University Press, 2005.

LOT, FERDINAND. **O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MARROU, Henri-Irenée. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.

MATHISEN, Ralph (ed.) **Journal of Late Antiquity**. Vol.1, nº1, 2008.

MAZZARINO, Santo. **La fine del mondo antico**. Le cause della caduta dell'impero romano. Milão: Rizzoli Libri, 1988.

_____. **Aspetti sociali del IV secolo**. Ricerche di storia tardo-romana. Roma: l'Erma di Bretschneider, 1951.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os Limites da Helenização**: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

122

OLIVEIRA, Waldir. Freitas. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990.

POHL, Walter. (ed.). **Kingdoms of the Empire**. The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.

ROUCHE, Michel. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes 418-781**. Naissance d'une region. Paris: E.H.E.S.S., 1979.

WEBSTER, Leslie. e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997.

WHITE, Lynn. Townsend. **The Transformation of the Roman World**: Gibbon's problem after two centuries. California: California University Press, 1966.

WOOD, Ian. Transmission of ideas. In: WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997.